

UM CONVITE À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DE ENFERMAGEM

AN INVITATION TO POLITICAL PARTICIPATION FOR NURSING PROFESSIONALS AND STUDENTS

Convite à participação política

Mário Gilberto Jesus Nunes

Doutor em Enfermagem / Enfermeiro

Professor no Centro Universitário Autônomo do Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0816-2592>

Os profissionais de enfermagem constituem a maior força de trabalho em saúde no mundo. No Brasil, dados do Conselho Federal de Enfermagem apontam para cerca de 3 milhões de inscritos⁽¹⁾. A enfermagem brasileira está presente nos diversos rincões do país, prestando atendimento a pessoas, famílias e comunidades em todas as fases da vida e até mesmo na morte, por meio da assistência, da gestão dos serviços, das instituições de ensino e da pesquisa. No entanto, cabe refletir se todas estas dimensões e a presença majoritária na saúde são realmente percebidas e valorizadas. Podem os profissionais de enfermagem brasileiros afirmar que são reconhecidos, dispõem de condições de trabalho dignas, recebem remuneração justa e se sentem representados nos cenários políticos de decisão e de poder?

É paradoxal pensar na importância da enfermagem para o SUS e para toda a rede sanitária do Brasil e perceber que a categoria ainda ocupa espaços reduzidos nos ambientes onde se tomam as decisões que determinam as condições de trabalho e o futuro da própria profissão. Durante décadas, a identidade profissional da enfermagem foi construída predominantemente com base nos conceitos de vocação, obediência, dedicação e amor. Apesar desses valores terem contribuído para consolidar uma prática humanizada e ética, interpretá-los sem crítica normalizou o ideal de sacrifício e a desvalorização da categoria. A própria história da profissão contribuiu para perpetuar mecanismos simbólicos que afastaram os profissionais de enfermagem dos espaços de influência, decisão e poder, naturalizando uma posição de submissão⁽²⁾.

As consequências da limitada participação e representatividade política da categoria são vivenciadas diariamente nos mais diversos cenários de trabalho, embora pouco reconhecidas como decorrentes de decisões políticas. Alguns exemplos são as lutas e reivindicações da categoria relacionadas à jornada de trabalho de 30 horas semanais e ao piso salarial, demandas que se arrastam por décadas nas esferas governamentais. A Lei nº 14.434/2022, que estabelece o piso salarial nacional da enfermagem, mesmo tendo sido aprovada e sancionada, teve seus efeitos temporariamente suspensos pelo Supremo Tribunal Federal, em razão de questionamentos que alegavam possíveis impactos negativos na saúde e supostas demissões em massa⁽³⁾.

São diversos os fatores que podem contribuir para a limitada consciência e participação política na categoria, como pouco interesse ou aversão a assuntos relacionados à política, percepção de baixa representação, descrença na capacidade transformadora da atuação política em favor da categoria e da saúde, sobrecarga de trabalho e múltiplos vínculos. Todavia, torna-se necessário examinar a formação profissional. Os estudantes sabem, de fato, quais são as atribuições das entidades representativas da categoria? Os currículos dispõem de conteúdos relacionados ao exercício da cidadania, à dimensão sociopolítica da enfermagem e ao desenvolvimento de competências políticas? Diante de tais questionamentos, é possível pensar que a reduzida participação política não decorre de fatores individuais, mas sim de lacunas institucionais e formativas na enfermagem que precisam ser reconhecidas e enfrentadas⁽⁴⁾.

Reconhecer a dimensão política da enfermagem e a importância do desenvolvimento de competências políticas nos anos de formação não implica a defesa de doutrinas específicas nem a vinculação a partidos políticos. A atuação engajada politicamente dos profissionais e estudantes pode manifestar-se e na participação do controle social do SUS, nas entidades representativas da categoria, nos centros acadêmicos e movimentos estudantis, movimentos sociais, nos sindicatos, nas associações científicas, nos colegiados, nas audiências públicas e no acompanhamento das decisões legislativas que afetam a dignidade do trabalho, a qualidade do cuidado e a assistência à saúde⁽³⁻⁴⁾.

Assumir uma postura de recusa, abstenção ou inércia em participar politicamente não gera uma posição de neutralidade, pois as decisões sobre financiamento do SUS, dimensionamento de equipe, jornada de trabalho, remuneração, formação profissional e organização dos serviços continuarão sendo tomadas. A consequência é que as decisões continuarão sendo tomadas, os espaços de poder permanecerão ocupados e, sendo assim, não

se pode esperar que os que exercem o poder político institucional estejam comprometidos com as necessidades da enfermagem, com políticas públicas e com a saúde da população⁽⁵⁾.

A enfermagem não precisa apenas formar uma força de trabalho tecnicamente competente. Precisa formar cidadãos capazes de compreender, questionar e transformar as decisões que determinam o cuidado e o exercício profissional. Aos profissionais e estudantes, cabe abandonar a ideia de que a política pertence aos outros, de que os outros pensarão e decidirão por vocês. As instituições de ensino devem reconhecer que para além de ensinar a cuidar, o cuidado acontece em contextos históricos, sociais e políticos. Ensinar a participar politicamente nas decisões que irão influenciar as futuras trajetórias profissionais dos estudantes precisa ser uma prioridade⁽⁶⁾.

A enfermagem já ocupa os espaços onde o cuidado ocorre. Cabe também refletir sobre o quanto se deseja ocupar os espaços nos quais as decisões sobre o cuidado são tomadas.

REFERÊNCIAS

- 1) Conselho Federal de Enfermagem (BR). Enfermagem em números [internet]. Brasília (DF): Cofen; 2026 [citado 2026 set 01]. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros/>
- 2) Martínez Riera JR. Desprecio desde la historia: cómo perpetuar el poder. Blog Enfermeras Comunitaria. 2024[citado 2026 set. 05]. Disponível em: <https://efyc.jrmartinezziera.com/2024/05/23/desprecio-desde-la-historia-como-perpetuar-el-poder/>
- 3) Peduzzi M. Os vários sentidos da recusa à aplicação do piso salarial da enfermagem. Rev Paul Enferm[online]. 2022 [citado 2026 set 05]; 33:ed. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003127706>
- 4) Wilson DM, Anafi F, Kusi-Appiah E, Darko EM, Deck K, Errasti-Ibarrondo B. Determining if nurses are involved in political action or politics: a scoping literature review. Appl Nurs Res. 2020; 54:151279. <https://doi.org/10.1016/j.apnr.2020.151279>
- 5) White J. Patterns of knowing: review, critique, and update. ANS Adv Nurs Sci. 1995;17(4):73-86. <https://doi.org/10.1097/00012272-199506000-00007>
- 6) International Council of Nurses. International Nurses Day 2026: Our Nurses. Our Future. Empowered nurses save lives [internet]. Geneva: ICN; 2026[citado 2026 set 05]. Disponível em: <https://www.icn.ch/how-we-do-it/campaigns/international-nurses-day>